

A recessão é nossa

15 MAR 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

O ministro da Fazenda não se perde em explicações técnicas: observa a situação real do País, os problemas que urge enfrentar e diz o que deve ser dito. A grande verdade, a seu ver, é que o Brasil está descambando numa grande recessão, provocada pelo insuportável déficit público, e que somente o ingresso de capitais estrangeiros poderá amenizá-la, assegurando investimentos que devem ter prioridade na programação da política econômica.

É esta a conclusão que se tira da entrevista que o sr. Mafíson da Nóbrega concedeu a este jornal e que publicamos em nossa edição de domingo. Na pasta da Fazenda, já tivemos ministros que não se preocupavam com o déficit público e para os quais não seria a redução deste o meio de acabar com a inflação. No entender desses ministros, o que urgia fazer era combater a inflação inercial e acabar com o ônus da dívida externa. A partir daí, todos os problemas poderiam ser resolvidos. O resultado dessa orientação, acrescido de "choques heterodoxos" e da decretação da moratória unilateral e conhecida de todos: a mais alta

taxa de inflação e a mais baixa taxa de investimentos.

O sr. Mafíson da Nóbrega vê as coisas com realismo. Sabe que o congelamento dos preços e dos salários nada resolve enquanto o déficit público estiver frustrando todas as tentativas de conter a inflação. O mais importante a fazer é concentrar os esforços no sentido de reduzir esse déficit, hoje mais grave do que nunca porque resulta de gastos excessivos com o funcionalismo público, que ameaçam absorver 106% das receitas líquidas do Tesouro Nacional.

O ministro sabe que a execução dessa tarefa vai de encontro a direitos adquiridos e esbarra com a legislação, que não permite retroceder à estaca zero. Mostra-se irritado com os economistas — alguns pertencentes ao próprio governo — que agora alegam ser falsa a contabilidade do déficit público. Segundo o ministro da Fazenda, medir esse déficit é fácil, pois se pode avaliá-lo pela necessidade de endividamento do governo. No passado, poder-se-ia discutir a natureza desse endividamento, que servia para financiar investimentos produtivos. Hoje, ele serve apenas para cobrir as despesas de custeio.

O ministro Mafíson da Nóbrega não revelou ainda de que modo pretende reduzir o déficit público. Ele sabe que medidas drásticas e duras não devem ser divulgadas antes de ser decretadas, mas está ciente do que terá de fazer. Frisou que, diante da presente inflação decorrente do déficit público e da expectativa de um novo "choque" (que mostra que a sociedade não acredita que o governo seja capaz de adotar uma política de austeridade), só se pode esperar como resultado a recessão.

A propósito, adverte que não é o FMI que está exigindo do governo brasileiro medidas recessivas e que, antes mesmo de terem sido iniciadas as conversações com o organismo internacional, o País estava entrando numa recessão que nem se mantendo a URP se poderia evitar. O ministro já sabe o que tem a fazer e, em fevereiro, começou a executar uma política de aperto monetário que somente com o déficit sob controle poderá permitir algum excesso de liquidez.

No estado atual da economia brasileira, a obtenção de fundos externos é o único meio de impedir que a recessão redunde num grave

crise econômica e social. O ministro da Fazenda salienta que, por isso, o entendimento com o FMI é apenas um meio e não um fim. Lembrou, a propósito, que o acordo com o FMI, pelo qual caberia a este avaliar, e não traçar o programa da nossa política econômica, abriria para o Brasil as portas do Clube de Paris, que lhe permitiu, no passado, financiar 40% da importação de bens de equipamentos a juros baixos e a longo prazo. Lembrou também que, com esse acordo, seria possível pleitear a ajuda do Japão (que, para este ano, alguns estimam em dois bilhões de dólares). O ministro poderia ter lembrado que tal acordo facilitaria também o acesso aos recursos do Banco Mundial.

Nossos políticos, que parecem preocupar-se muito pouco com o crescimento do País, não entendem a linguagem das cifras. Os líderes sindicais, que precisam assegurar empregos a seus associados, parecem entender melhor o que diz o ministro da Fazenda. A política do "arroz com feijão" talvez pareça muito simples, mas mostra, pelo menos, que o sr. Mafíson da Nóbrega se preocupa com a camada da classe operária...